

A Violência Contra A Mulher No Jornal Cearense O Povo¹

Francielle Souza NONATO²
Isabella Vieira SANTOS³
Pedro Gabriel Barreto RAMOS⁴
Daniel Pereira BRANDI⁵

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

O artigo busca identificar a abordagem da pauta sobre violência contra a mulher no jornal O Povo, o mais antigo e o segundo maior em tiragem da imprensa cearense. O assunto foi recorrente em 2018 após o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e tem sido pauta no jornal desde que uma cidadã cearense tornou-se personagem central da criação da Lei Maria da Penha, o que justifica a necessidade de compreender e examinar a forma como a temática é abordada pelo veículo. Foram utilizadas três matérias para a análise e a metodologia da Análise de Conteúdo dentro da perspectiva de Maria Laura Franco. Desse modo, é possível uma maior compreensão do objeto analisado e do posicionamento editorial do periódico sobre o tema estudado.

Palavras-chave: Jornal O Povo; pauta; violência; mulher

Introdução

Trata-se de uma análise de conteúdo com a temática “violência contra a mulher” nas pautas do jornal O Povo. Objetivando compreender a forma como esse tema é tratado no jornal cearense, são analisadas três matérias produzidas pelo veículo, considerando a finalidade da produção do conteúdo e a mensagem compartilhada para o receptor daquelas informações.

¹ Trabalho apresentado na IJ 01 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Aluna líder e estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFS, e-mail: fran.ssn@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFS, e-mail: isabellavieiratd@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFS, e-mail: pedrogbb.pg@gmail.com

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFS, e-mail: danielbrandi@hotmail.com

A violência contra a mulher possui um caráter estrutural, está presente numa cultura machista e debater sobre esse assunto pode conscientizar a população e até evitar mortes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2013, o número de assassinatos chegou a 4,8 para cada 100 mil brasileiras –a quinta maior do mundo--, O Mapa da Violência de 2015 aponta que 13 mulheres morreram todos os dias vítimas do feminicídio e 33% por parceiro ou ex-parceiro, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados e conhecidos da vítima, 27% das mulheres vítimas de violência não denunciam e também não pedem ajuda, e o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%.

O Ceará foi o segundo estado nas estatísticas de mulheres assassinadas em 2018, com 447 homicídios dolosos, sendo 26 registros considerados feminicídios, quando as causas dos assassinatos são exclusivamente por questões de gênero. Esses dados são de um levantamento feito pelo Portal G1, chamado Monitor da Violência, que contabilizam homicídios, feminicídios e latrocínios. E segundo o levantamento parcial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), o aumento de assassinatos de mulheres neste mesmo ano foi de pelo menos 25% no estado. Diante disso, é imprescindível a discussão acerca desse tema para compor o combate, a prevenção e erradicação do mesmo.

O jornal O Povo cada vez mais procura desenvolver um recorte regional muito interessante, tendo em vista uma série de conteúdos jornalísticos que ultrapassam a barreira local. Dessa forma, quando o tema é denúncias em relação à violência contra a mulher, não é diferente. Com essa linha editorial, o veículo perpassa aspectos antes esquecidos pelos grandes veículos de comunicação. Outro ponto interessante é a inserção da produção jornalística do O Povo em nível nacional. Assim, justificando ser explorado e estudado para fomentar a pesquisa do jornalismo regional no país, com base na perspectiva da pesquisadora Sônia Aguiar em Territórios do Jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil.

Breve história do jornal

O jornal cearense O Povo foi fundado em 7 de janeiro de 1928 pelo político, jornalista, odontólogo e poeta Demócrito Rocha. Ele é editado na cidade de Fortaleza e possui a segunda maior tiragem de jornais no estado. Esse jornal possui uma longa história

e, analisando-o, é possível perceber as novas formas de informar que fazem parte do projeto editorial do veículo e a inserção deste no meio digital.

A história do jornal nasceu a partir da definição do nome do veículo, a denominação “O POVO” não é aleatória, foi consequência da ligação entre o fundador e público. Em uma estreita relação desenvolvida com seu próprio público-alvo, realizou-se uma espécie de concurso público para eleger o nome do veículo. O resultado foi a representação do leitor no nome do jornal, capaz de criar um conceito de união e expressão.

Desde a primeira edição do jornal impresso, é possível observar que as escolhas editoriais são voltadas para a realidade que envolve o contexto social da região Nordeste e do Ceará. O impacto provocado pelas secas, por exemplo, segundo o livro comemorativo dos 90 anos do jornal, já é retratado nessa edição e sempre foi preocupação editorial. Quanto ao tema “violência contra mulher”, também é possível visualizar a recorrência na produção de conteúdo no jornal O Povo, seja na plataforma online ou na forma impressa.

Metodologia

Destacado pelo Atlas da Violência 2018, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o caso de feminicídio mais noticiado na imprensa brasileira e discutido foi o da vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Com a atenção voltada para a problemática da violência contra as mulheres e a necessidade da discussão sobre essa temática, foi realizada uma pesquisa prévia e a descoberta da origem de Maria da Penha, mulher vítima de violência doméstica propulsora da Lei Maria da Penha.

Também foi constatado na pesquisa propósitos claros quanto à razão da escolha do jornal O Povo, por ser o jornal mais antigo do estado do Ceará ainda em atividade, pela grande referência em tiragem de exemplares e por possuir um aspecto histórico muito interessante, do ponto de vista da formação e evolução acerca do jornalismo brasileiro.

A exploração do veículo em suas diversas plataformas foram feitas no mês de agosto, entre as datas 08/08/2018 até o dia 20/08/2018. A partir das observações, foi decidido a utilização de uma matéria de cada plataforma que o veículo dispõe, com a temática sobre violência contra a mulher, sendo elas: online, impressa e folha azul

(também versão impressa, porém trata-se de uma edição especial). Para ressaltar a importância do papel jornalístico no debate sobre essa questão social, sobretudo em um jornal referência do estado de origem de Maria da Penha.

Foram selecionadas para o estudo três matérias, a quantidade foi de acordo com a divisão dos componentes do grupo e com as múltiplas plataformas que O Povo possui, disponibiliza e produz conteúdos, são elas: “O nome da lei”, publicada na página azul (especial, produção na versão impressa); “O marco contra a violência as mulheres” (também produção na versão impressa) e “Dossiê mulher: maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa” (produção para plataforma digital).

Para auxiliar e incorporar a pesquisa a uma base teórica de análise, foi escolhida a Análise de Conteúdo guiada por Maria Laura Franco. O caminho a ser percorrido junto a essa base metodológica está mais detalhada a seguir.

Análise de conteúdo

A base metodológica do artigo trata-se de uma proposta da professora Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005). Fizemos a nossa pesquisa de acordo com a Análise de Conteúdo que representa o esforço na compreensão das características e das estruturas que não estão no plano evidente dos elementos das mensagens. Segundo Franco (2005), o termo parte de um elemento principal, a mensagem, podendo ser “verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. E revela que

(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente). A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos. (...) para o efetivo “caminhar neste processo”, a contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos (FRANCO, 2005, p. 24).

Analisar a comunicação, é perceber os dois lados, receber o conteúdo normalmente como leitor rotineiro, mas por outro lado, buscar outros sentidos e significados para a mesma mensagem, identificar fragmentos superficiais. Para a pesquisa chegar ao objetivo geral, foi necessário recorrer a escolha de uma Unidade de Análise,

sendo assim a Unidade de Registro que segundo Franco (2005) “é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Os registros, podem ser de diferentes tipos que podem estar inter-relacionados e serem complementares: a palavra, o tema, o personagem e o item.

Para analisar as três matérias do jornal O Povo sobre violência contra a mulher, a pesquisa tem como Unidade de Registro, o tema, por ser uma afirmação sobre determinado assunto que envolve “não apenas componentes racionais, mas, também ideológicos, afetivos e emocionais” (FRANCO, 2005, p. 39). Para a autora, a questão temática varia desde “uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto delas ou um parágrafo”. A divisão temática foi feita de acordo com grande correlação às palavras chaves, sendo elas: violência, mulher e notícia.

A formulação de categorizações para a análise foi possível através do nosso *corpus* estabelecido, pois ter notícias de um jornal específico como matéria prima da pesquisa fez com que dividíssemos em três categorias. São elas:

TABELA 1 - Categorias para a análise do conteúdo

Ideia constituinte na matéria veiculada
Reflexões da finalidade da matéria veiculada
Importância e impacto para as mulheres

A primeira categoria refere-se ao teor da mensagem veiculada, o que perpassa por aquele objeto de análise, quando foi produzido e por quem foi produzido. A segunda categoria diz respeito ao questionamento do propósito das matérias veiculadas pelo O Povo, refletir sentidos encobertos ou explícitos. E para finalizar, a terceira caracteriza-se pelo o que pode de fato reverberar no cotidiano das mulheres, sendo através de elementos dispostos na própria matéria: palavras e argumentos.

O método da análise de conteúdo, utilizado para descrever, interpretar materiais e consequentemente compreender significações, precisa alcançar um nível superior da leitura comum. Nesse caso, uma leitura dotada de interpretação pessoal do sujeito da pesquisa cumprirá com essa relação de percepção dos dados.

Ao longo desse processo, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável. A mensagem da comunicação é simbólica e, sendo assim, é preciso ser

levado em consideração (na sua recepção) o contexto no qual foi produzida. É preciso considerar, além disso, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem.

“O nome da lei” - entrevista com Maria da Penha

A primeira análise trata-se de uma entrevista publicada na versão impressa do jornal O POVO em 15 de novembro do ano de 2010, produzida pela jornalista Lucintha Gomes e pelo fotógrafo Deivyson Teixeira. O conteúdo encontra-se na seção de Páginas Azuis (especial) e aborda sobre Maria da Penha Maia Fernandes, a mulher cearense que sofreu violência doméstica e tem seu nome em lei a partir do ano de 2006, e fala após quatro anos da criação da mesma, destacando sua história de vida, de luta e de superação diante do impetuoso do marido. A Lei de nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha assegura que:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006).

Em todo momento, a ideia constituinte do material é transmitir a ideia de uma realidade muito próxima, definições e rotinas parecidas com práticas sociais quaisquer, como por exemplo, mulher que sonha com o marido perfeito, com uma vida amorosa bem resolvida. A linguagem utilizada no objeto do conhecimento altera-se drasticamente no percurso: no começo se tem um imaginário sobre sonhos que infelizmente se torna pesadelo e medo, e logo depois se torna instrumento de luta, coragem e justiça para outras mulheres.

A disposição de dados na matéria salienta a importância de debater sobre o assunto, traçando assim reflexões acerca da temática. Ao informar ao leitor sobre casos registrados de violência em perspectivas nacionais, os dados quantitativos sobre ameaças e relatos de lesão corporal evidenciam que práticas contra mulheres se tornaram rotineiras e que a necessidade de combatê-las é imprescindível diante de tantos acontecimentos

correlacionados.

De acordo com a interpretação da pergunta aplicada na pesquisa, com a análise do conteúdo, além da realidade superficial, constata-se que o propósito das mensagens é alertar a normalidade encoberta das condições precedentes do episódio de Maria da Penha. A família “perfeita” é uma farsa diante à realidade cruel vivida por muitas mulheres brasileiras, que sonham com o príncipe encantado e se prendem a vilões. Companheiro legal, não aparentemente violento e de boa conduta, pode revelar-se agressivo e dono de má índole com o tempo. E isso, infelizmente, pode acontecer com qualquer outra mulher.

A personificação da lei durante a entrevista, é ressaltada a partir do título *O nome da lei*. Ademais, são utilizados alguns elementos para compor tal finalidade, como o uso de uma coluna destinada especialmente ao perfil da vítima, assim como as fotos em um enquadramento apenas destinado ao seu rosto, e por fim a pergunta da leitora sobre a lei diretamente para a mulher precursora da tal resistência.

No final da matéria é informado o contato para fazer qualquer denúncia referente à mulher, fortalecendo a ideologia de justiça para com esses casos, reforçando a necessidade de agir diante das situações de violência, impetuosidade, cerceamento e agressividade. Destaque para a utilização da palavra em uma caixa separada, no modo imperativo e com letras maiúsculas (DENUNCIE), a finalização se dispõe com uma mensagem encorajadora após o depoimento de uma figura tão importante para a conquista dos direitos femininos, sobretudo no Brasil. Embora seja um reportagem de perfil, não impede de ser ao mesmo tempo de serviço, pois com o tema tão recorrente e tão importante deve ser debatido e cada vez mais posto em pautas para alertar àquelas pessoas, especialmente às mulheres sobre seus direitos e meios que são capazes de assegurá-los. Sendo assim, é destacada a importância e impacto do conteúdo para o corpo social.

“O marco contra a violência às mulheres”

A segunda matéria selecionada para a análise sobre essa questão foi publicada pelo O Povo em 30 de junho do ano de 2018, em versão impressa do jornal e produzida pela titular da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Ceará,

Camila Silveira. A matéria noticia a efetivação da Casa da Mulher Brasileira pelo governo do estado do Ceará.

Dentro dessa perspectiva, analisando a mensagem trabalhada de forma implícita e explícita na matéria, é possível perceber que existe uma finalidade clara quanto à produção do conteúdo. A ideia constituinte na matéria veiculada busca trazer maior segurança às mulheres leitoras do jornal. Anteriormente à Casa, não existiam locais de acolhimento, dessa maneira, havia pouco debate sobre a dignidade das mulheres cearenses, assim como o respeito pelas mesmas. Portanto, a mensagem passada pelo conteúdo vai muito além da divulgação da inauguração da Casa da Mulher Brasileira. Ela causa toda uma sensação de entendimento, segurança, proteção e respeito às leitoras do veículo, ao propagar a construção do espaço feito apenas para esse gênero.

Quanto à análise da segunda categoria da pesquisa (“reflexões da finalidade da matéria veiculada”), infere-se a utilização de uma argumentação sólida na construção da informação. Modalizadores como “vulnerabilidades”, “impunidade” e “pertencimento”, por exemplo, são utilizados durante o decorrer do texto na tentativa de aproximar e instigar o leitor a saber mais sobre a violência contra mulheres. Logo após o texto, são encontrados *tags*/palavras-chave que também denotam a formação de mensagens, como “situação de violência”, “acolhimento” e “empoderamento”. Sendo assim, foi observado um material informativo composto por uma série de correlações, que vão além da leitura comum.

Ao analisar a terceira categoria (importância e impacto para as mulheres), o conteúdo da matéria deixa claro a importância desse fato para a comunidade feminina cearense e diz que a implementação dessa casa é uma forma de garantir “acolhimento, atendimento e empoderamento” às mulheres do estado, um espaço capaz de unir histórias e ao mesmo tempo ser ambiente receptivo para assegurar a justiça e os direitos das mesmas.

“Dossiê mulher: maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa”

A terceira e última matéria selecionada se encontra na plataforma digital do jornal O Povo, publicada no dia sete de agosto do ano de 2017 e feita pela Agência Brasil. A matéria, no sentido de análise da categoria “ideia constituinte na matéria veiculada?”

mostra que o seu objetivo é informar dados dos índices de violência contra a mulher num contexto nacional, quem mais a prática e onde mais acontece. Também desconstrói o tabu de que a casa é o local mais seguro para a mulher quando menciona que a maioria dos casos de violência é praticada por pessoas próximas e dentro de casa. A matéria explica que a violência doméstica não é só a física, mas também pode surgir de outras maneiras, como a violência psicológica, esta que pode levar a vítima ao suicídio. Conta também sobre a dificuldade das vítimas denunciarem os agressores por serem pessoas conhecidas – problema que gera o medo e o silêncio.

Na categoria de “reflexões da finalidade da matéria veiculada?”, no final da matéria entra o subtítulo “A lei Maria da Penha”, para chamar atenção sobre a existência da lei e sobre os benefícios alcançados após a criação e o vigor dela. A violência doméstica diminuiu, mas com a utilização de linguagem na conotação de cobrança de melhorias às instituições que constituem a rede de proteção às mulheres, a matéria se transforma na voz da sociedade feminina que sofre com essa falta de apoio. Logo no final da matéria encontra-se o apelo ao reconhecimento da importância das medidas preventivas à violência doméstica feminina, reforçando o seu entendimento e respeito por parte de todos, sobretudo das mulheres.

Ao falar da terceira categoria (importância e impacto para as mulheres), após apresentar os dados para causar o impacto da existência da violência e as problemáticas enfrentadas pela vítima, a matéria – em sua posição de confronto sobre o tema – aborda questões de vivência social que a mulher enfrenta para gerar mais impacto e mais sentimento de indignação no público, como por exemplo, a roupa que deve usar antes de sair de casa, em que lugar ir, para, de certo modo, lembrar que o assédio, a violência, a dificuldade de circulação da mulher em espaço público não devem ser esquecidos, pelo contrário, devem ser abordados e discutidos com frequência.

Considerações finais

Este artigo apresenta uma análise significativa sobre a violência contra a mulher a partir de um aprofundamento objetivo. O uso das categorias utilizadas para a pesquisa “Ideia constituinte na matéria veiculada”; “Reflexões da finalidade da matéria veiculada” e “Importância e impacto para as mulheres” mostra de forma clara e direta que as linguagens e os contextos são mostrados como ferramentas de condução de determinada

matéria em qualquer jornal, neste caso o jornal O Povo e especificamente o tema “violência contra a mulher”.

Nota-se como resultado da análise que o jornal cearense toma um posicionamento de indignação mediante ao tema tratado nesta pesquisa e realmente faz menção ao nome O Povo ao fazer de uma matéria a voz de uma sociedade que sempre busca a justiça. O tema em questão é delicado, mas o uso de palavras, termos e dados gera a impressão de credibilidade no leitor, e a constante abordagem do assunto exposto faz com que as mulheres sintam-se mais acolhidas pelo jornal e ganhem voz como vítimas que buscam direitos e espaço na sociedade mediante essa problemática social.

O jornal apropria-se do tema e aborda ele de maneira singular, visto que é o jornal mais popular do Ceará e tem como principal protagonista de motivação Maria da Penha, mulher que nomeia uma lei, a primeira a defender efetivamente as vidas femininas da violência. As matérias selecionadas concretizam que tratar desse tema de forma tão constante e de posicionamento de cobrança por mais direitos e apoio é símbolo de luta, resistência e coragem.

Mais uma vez, é importante destacar o cuidado do veículo ao elaborar e utilizar o recorte regional na elaboração de conteúdos jornalísticos. Apesar do tema ser, por muitas das vezes, noticiado utilizando casos da Região Sudeste, O Povo faz valer os artifícios do jornalismo regional e intensifica essa forma de produção de conteúdo na rotina profissional.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Dossiê mulher: maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa.** 07 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2017/08/maior-parte-da-violencia-contra-a-mulher-ocorre-dentro-de-casa.html>>. Acesso em: 13 agosto. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo.** 27 ago. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>>. Acesso em: 12 agosto. 2018.

AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil.** 1. ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes/ Editora PUCRio, 2016, v. 1.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70. 2001.

BEZERRA, Renato. **Assassinato de Mulheres cresce 25% em 2018 no Ceará**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 15 jan. 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/assassinato-de-mulheres-cresce-25-em-2018-no-ceara-1.2050333>>. Acesso em: 20 março. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 14 agosto. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; COELHO, Danilo; ALVES, Paloma; PINHEIRO, Marina; ASTOLFI, Roberta; MARQUES, David; REIS, Milena; MERIAN, Filipe. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, L. “**O nome da lei.**” O Povo, Fortaleza, 15 nov. 2010. Páginas Azuis Especial, p. 12-13. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/acervo/entrevistas/2017/08/10/noticiasentrevistas.3680835/entrevista-com-maria-da-penha.shtml>>. Acesso em: 14 agosto. 2018.

MAPA DA VIOLÊNCIA. “**Mapa da violência 2015 Homicídio de mulheres no Brasil**”. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 17 agosto. 2018.

O POVO, Jornal. **O POVO 90 Anos**. 23 jun. 2018. Disponível em: <<https://digital.opovo.com.br/livroopovo90anos>>. Acesso em: 10 agosto. 2018.

SILVEIRA, Camila. “**O marco contra a violência às mulheres**”. O Povo. 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/06/o-marco-contra-a-violencia-as-mulheres.html>>. Acesso em: 13 agosto. 2018.

PAULINO, Nicolás; PINUSA, Samuel. **Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018**. Portal G1 CE, Fortaleza, 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/noticia/2019/03/08/ceara-foi-o-segundo-estado-onde-mais-se-matou-mulheres-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 20 março. 2019.

ANEXO A – ENTREVISTA COM MARIA DA PENHA NA SEÇÃO DE PÁGINAS AZUIS P. 12

PÁGINAS AZUIS

PÁGINA 12 O POVO



Maria da Penha | O nome da Lei

Quatro anos após a criação da lei que leva seu nome, Maria da Penha conta sua história de luta que comoveu organizações internacionais e motivou o Brasil a mudar

Seu nome é Maria da Penha Maia Fernandes. Ela nasceu em 1941, em São Paulo, e se tornou conhecida mundialmente por ser a primeira brasileira a ser condenada à prisão perpétua por um crime de violência doméstica. Sua história de luta por justiça e mudança social é o cerne da Lei Maria da Penha, que visa combater a violência contra a mulher.

Em 1981, Maria da Penha foi espancada por seu marido, o advogado Cláudio. Ela sofreu graves ferimentos e ficou incapacitada por meses. Quando tentou se separar, foi ameaçada e espancada novamente. Em 1983, ela foi espancada novamente, desta vez com uma faca, ficando com ferimentos graves. Ela passou meses em um hospital e depois em um asilo psiquiátrico. Ela não conseguiu trabalhar e ficou dependente de sua família. Ela começou a lutar por justiça em 1985, quando entrou com uma ação de indenização contra seu marido. Ela conseguiu uma indenização de R\$ 100 mil, mas não conseguiu se separar dele. Ela continuou a sofrer violência doméstica até 1989, quando ele foi condenado à prisão perpétua por um crime de violência doméstica.

Seu caso ganhou repercussão internacional e levou à criação da Lei Maria da Penha em 2006. A lei estabelece medidas de proteção para as mulheres vítimas de violência doméstica, como a criação de delegacias especializadas, a criação de serviços de acolhimento e a criação de programas de tratamento para os agressores. A lei também prevê a prisão perpétua para os agressores que cometerem crimes de violência doméstica com agravantes.

ANEXO B – ENTREVISTA COM MARIA DA PENHA NA SEÇÃO DE PÁGINAS AZUIS P.13

